

FOI 7 DE JULHO EM S. VICENT

so, a edificação de uma sociedade de just res, sem discriminação seja de que espécie

ES PEREIRA

porque Cabo Verde é a Pátria de todos os caboverdeanos.

Na grande batalha de construção da nossa terra, nós não estaremos sós, como nunca estivemos sós nas horas da luta difícil pela libertação. Se é certo que o principal esforço, que o papel decisivo, na batalha da construção, cabe ao nosso próprio povo trabalhador, não temos dúvida de que, nessa batalha, teremos ao nosso lado todos os amigos que a nossa luta e a correcção e justiça dos nossos princípios e opções nos engrandeceram. Temos ao nosso lado todos os homens e governantes justos, que trazem nos corações a preocupação de melhores dias para a Humanidade, porque sabem que o Homem — o género humano — nunca terá alcançado a sua finalidade, e que nunca haverá paz verdadeira na terra, enquanto o Mundo e as Nações se dividirem entre exploradores e explorados, entre fomes e escarças, entre gente com fome e gente que desperdiça o produto do trabalho humano.

Nós, os caboverdeanos, nós somos um povo com preocupações universalistas. Nascermos e vivemos numa encruzilhada do Mundo, lugar eleito para ser ponto de confraternização entre todas as nações. Nós guardaremos e defenderemos intransigentemente essa característica de que a natureza nos dotou. Na terra livre de Cabo Verde, todos serão bem-vindos, que trouxerem a paz na alma e a preocupação de contribuir connosco para fazer da nossa terra um lugar de eleição, de Paz, de Progresso, de harmonia e cooperação entre todos os povos.

Nesta hora de exaltação para o nosso patriotismo, impõe-se-nos repensar muitos dos nossos problemas. Pensamos que esse é o dever de todos, que todos devem ajudar o Governo na busca de soluções, não tendo receio de expor os seus pontos de vista, directa ou indirectamente, através de exposições, de críticas justas e militantes, sobre a actividade governativa. Porque a maior ambição do nosso Partido é fazer com que, em cada caboverdeano, haja um militante que contribua activamente para a realização do seu Programa, que cada inteligência caboverdeana esteja ao serviço da Pátria que é deve ser sempre de todos os caboverdeanos.

Nesta hora de exaltação patriótica apelamos mais uma vez para os nossos emigrados.

Durante séculos o nosso Povo viu na emigração a única solução para os problemas graves de sobrevivência do homem caboverdeano. A história demonstrou que as soluções para esse problema não estão no exterior, mas sim na construção do Progresso nas nossas próprias Ilhas. Devemos repensar os problemas da emigração e ver, em quem, em que, os emigrados caboverdeanos que, através de envios às respectivas famílias, contribuem para a melhoria da situação económica na Ilhas, poderão valorizar ainda mais a sua contribuição, organizando formas de investimento no Programa de cons-

trução económica do nosso Governo. Nós sabemos que a nossa terra é pequena e generosa e que a contribuição de cada um, mesmo que seja pequena, multiplicar-se-á com a contribuição de todos, podendo assim tornar-se factor decisivo no esforço comum de engrandecimento da nossa terra.

Não queria terminar sem uma palavra especial dirigida aos nossos camaradas de combate, aos nossos irmãos de História e de sangue da Guiné-Bissau.

Como foi claramente consagra-

do no texto histórico da Proclamação da República de Cabo Verde, os nossos irmãos da Guiné-Bissau são, para a República de Cabo Verde, como os cidadãos caboverdeanos, gozando nesta terra, que é sua também, dos mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os próprios filhos das nossas Ilhas. Isso porque, irmanados na História, unimo-nos também na luta. Sob a bandeira gloriosa do P.A.I.G.C., Partido de todos os guineenses e caboverdeanos, que encontra a sua base na aspiração profunda do nosso povo comum

da Guiné e Cabo Verde, à Liberdade, à Unidade e ao Progresso. Pela luta comum e exemplar que travámos, conseguimos alcançar a Independência das nossas terras, impondo-nos ao respeito da África e do Mundo, sem excluir o respeito dos nossos próprios inimigos. Conseguimos isso tudo porque estivemos sempre unidos numa união correcta porque baseada na igualdade de todos os filhos das nossas terras e no respeito da nossa variedade, tanto no conjunto que formamos, como em cada uma das suas partes. Iniciamos agora a nova etapa

que nos conduzirá fatalmente à construção de uma união dos nossos Estados, que corresponde à unidade já existente no plano dos nossos povos, do nosso Partido e, singularmente, no plano das nossas gloriosas Forças Armadas.

Vamos, pois, para diante, executando fielmente as palavras de ordem da Direcção do nosso Partido, realizando o seu Programa e cumprindo a herança que nos legou Amílcar Cabral Fundador da nossa Nacionalidade, na Guiné e em Cabo Verde. E nada po-

MENSAGEM às 0,00 horas de 5 de Julho

(Continuação da 2.ª pag.)

envolvimento, ao analfabetismo. E vamos ganhar cada uma dessas batalhas. Porque somos fortes, porque fomos temperados numa luta dura e tenaz e estamos decididos a vencer.

Nesta hora decisiva, exalto todos os caboverdeanos a mobilizarem-se, mais do que nunca, à volta do nosso grande Partido — que é o garante supremo da vitória final — para que juntos, de mãos dadas e olhos confiantemente postos no futuro, façamos das nossas queridas ilhas, pelo nosso trabalho, pela comunhão dos nossos esforços, uma terra onde será bem viver, porque ela será de Paz, de Prosperidade e de Justiça para todos os seus filhos.

Na aurora de um novo tempo — tempo de liberdade e de dignidade para o nosso povo — quero desejar a todos os melhores sucessos na grande batalha que agora começa. E que com a Independência Nacional, os corações de todos os caboverdeanos — os que aqui estão e os que tiveram de partir — batam ao mesmo ritmo, animados pela certeza de que nada pode parar a marcha gloriosa do nosso povo, no caminho da construção do Progresso e da Felicidade nas nossas terras.

Viva o dia 5 de Julho!

Que nasça forte e se consolide a República de Cabo Verde!

Glória eterna aos heróis e mártires da libertação.

Viva o P.A.I.G.C., força, luz e guia do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde!

CAMARADA PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ESTÁDIO DA V

Conclusão da 1.ª pag

combate que trava pela construção democrática no seu país e pela realização do seu progresso em todos os domínios.

Acolhemos igualmente, nesta ocasião solene, o nosso irmão e amigo e a delegação que o acompanha, que aqui simbolizam a presença amiga dos povos irmãos da África, reunidos na Organização da Unidade Africana, de cujo Secretário-Geral são os dignos representantes, e os ilustres delegados dos países da nossa região do Continente e de outros com que o nosso Povo e o nosso Partido mantêm relações particulares, como países que tradicionalmente dão um acolhimento fraternal aos nossos emigrados. Queria pedir a estes irmãos que se sintam entre nós como no seu próprio país. O Povo de Cabo Verde, que reúne em si as características da nossa África, tão rica e tão variada, sabe que esta festa é de todos os africanos e que, na batalha que se inicia — como aconteceu naquela que se termina — as alegrias e as tristezas, os revezes e as vitórias são de todos nós, porque a luta é uma só e a mesma: a luta da África pela sua total libertação e pela construção da sua Unidade e do seu Progresso.

As nossas boas-vindas vão igualmente ao Senhor Faah, ilustre representante do Secretário-Geral da ONU e grande amigo do nosso Partido e do nosso Povo, Sua Excelência Kurt Waldheim. O papel dinâmico desempenhado pelas Nações Unidas e, em particular, pelo seu actual Secretário-Geral, na luta dos Povos pela liquidacão definitiva do colonialismo em África e no Mundo, é de todos conhecido. No caso particular de Cabo Verde, em que a luta teve de ser feita no meio de tantas ameaças e em condições particularmente difíceis de isolamento, a acção da ONU teve uma influência decisiva. Não queremos deixar de salientar igualmente a importância da ajuda material que a ONU programou para a nossa terra e aquela que se já ao nosso Povo, ainda durante a luta de libertação, através do nosso Partido. Os nossos amigos, representantes da solidariedade internacional para com o nosso Povo, são também

nosso companheiros de luta e, como tal, Cabo Verde é também a sua terra.

Saudamos igualmente os representantes dos diversos Povos, Governos e organismos internacionais, que nos quiseram honrar e encorajar neste dia com a sua presença. Dizemos a todos: Cabo Verde é terra de encontro de Povos, situada numa encruzilhada dos Mares. Os nossos portos e os nossos corações estão abertos a todos as bandeiras, para a grande obra em que a Humanidade se empenha de construção de um Mundo de Concórdia e de Cooperação entre todas as Nações.

Saudamos também, e com emoção particular, os nossos compatriotas que, vindos dos diversos cantos do Mundo, quiseram estar presentes hoje nesta festa do renascer da nossa Pa-

tria. Queríamos assegurar-lhes de que aqui, nas nossas queridas Ilhas, como nas longínquas paragens onde labutam, todo o caboverdeano comunga hoje num só ideal: o de transformar a nossa terra martirizada, para que, num Futuro que queremos breve, não haja mais lágrimas nos cais da nossa terra e Cabo Verde possa ser terra de encontro de todos os caboverdeanos espalhados pelo Mundo.

Aos nossos camaradas e colegas deputados à Assembleia Nacional, dignos representantes do nosso Povo, vindos dos pontos mais distantes da nossa terra para este acto transcendente, vão igualmente as saudações do Secretário Geral do Partido, em nome do nosso povo glorioso da Guiné e Cabo Verde. A vitória histórica, que alcançaram, no serem eleitos por uma maioria

República de Cabo Verde NO MUNDO RECONHECIM

Lista dos países que reconheceram a REPÚBLICA DE CABO VERDE:

- 1 — Argélia.
- 2 — Índia.
- 3 — Burundi.
- 4 — Gâna.
- 5 — Polónia.
- 6 — Brasil.
- 7 — Suíça.
- 8 — Daomé.
- 9 — Perú.
- 10 — Nigéria.
- 11 — Kuwait.
- 12 — Madagáscar.
- 13 — Maurítânia.
- 14 — Alemanha Democrática.
- 15 — República Federal Alemã.
- 16 — Costa do Marfim.
- 17 — União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas, URSS.

- 18 — Holanda.
- 19 — Dinamarca.
- 20 — Suécia.
- 21 — Itália.
- 22 — Mongólia.
- 23 — Senegal.
- 24 — Katar.
- 25 — Filipinas.
- 26 — Guiné-Conakry.
- 27 — Congo.
- 28 — Tanzânia.
- 29 — Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.
- 30 — Libéria (decretado feriado nacional).
- 31 — Tunísia.
- 32 — Paquistão.
- 33 — Bulgária.
- 34 — Síria.
- 35 — Japão.
- 36 — Jugoslávia.
- 37 — Togo.

CABO VERDE

MEIO GEOGRÁFICO—A cerca de 50 km das costas do Senegal e da Mauritânia, no Oceano Atlântico Norte ao largo de «Cabo Verde» que lhe deu o nome, encontra-se situado o arquipélago de Cabo Verde. Compreende 10 ilhas e 5 ilhéus, dispostos em dois grupos, o de Barlavento e o de Sotavento, assim designados de acordo com o vento dominante do nordeste. Ilhas de Barlavento, ao Norte, alinhadas de Noroeste a Sudeste Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista. Ilhas de Sotavento, ao Sul, alinhadas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. A superfície total do arquipélago é de 4 033 km² e as fronteiras marítimas (linhas de costa) possuem 1 053 km. A ilha mais vasta é a de Santiago (991 km²) e a menor é a de Santa Luzia (35 km²). A capital é a cidade da Praia, na ilha de Santiago. De natureza vulcânica, muitas ilhas são montanhosas. Na ilha do Fogo há um grande vulcão (última erupção em 1951), cujo pico atinge 3 220 m, ponto mais elevado do arquipélago. Pouco favorecidas pela natureza, o grande mal das ilhas é a irregularidade das chuvas (média, na Praia é de 250 mm de água por ano, contra quase 700 mm em Dakar). Só as encostas orientadas ao vento aliseio — que se carregou de humidade ao passar por cima do mar — são favorecidas pelas chuvas. As ilhas mais orientais são semi-desérticas. Porém, nos sítios onde a terra é cultivável, a decomposição das lavas vulcânicas dá solos muito ricos, que poderiam dar rendimentos agrícolas muito elevados se fossem suficientemente irrigados. A falta de chuvas traz a fome e sede para as populações.

O clima, de maneira geral, é benigno (média da temperatura em S. Vicente — 23,6° e 24,4 na Praia).

O POVOAMENTO—Desabitadas no tempo da sua descoberta pelos portugueses (1460-62), o arquipélago conta actualmente com cerca de 300 mil habitantes. A maioria da população é de origem africana e provém da Guiné, de onde foi arrancada pelos negociantes portugueses de escravos para trabalhar nas plantações de tabaco, café, cana de açúcar, etc. Os elementos de origem portuguesa misturaram-se rapidamente com a população africana e integraram-se nesta. Pertencendo a várias etnias e falando línguas diferentes, os caboverdeanos criaram e adoptaram, como língua comum, o crioulo.

A exploração desenfreada a que os portugueses submetteram a terra em Cabo Verde, principalmente com o cultivo de algodão, indigo e sisal e com a criação de cabras, levou a um rápido empobrecimento do meio e degradação do solo. Foi pois graças a um trabalho muito duro que a população caboverdeana conseguiu sobreviver à mediocridade das condições naturais. Os colonialistas portugueses nada fizeram para melhorar essas condições. Mas mais do que na pobreza dos solos ou na falta de chuvas, é no regime da propriedade da terra, estabelecido e mantido pelos portugueses, que reside a causa principal dos males de Cabo Verde. A agricultura é praticamente a única fonte de riqueza. A exploração do sal marinho e da pozolana, a pesca, o comércio, etc., estão nas mãos dos capitalistas europeus e de alguns privilegiados caboverdeanos, seus intermediários.

Na ilha de Santiago, onde reside quase metade da população, 90 % dos habitantes vive unicamente da agricultura. Para a maioria dos agricultores, a área cultivada não ultrapassa um décimo de hectare. Mas, na maior parte dos casos, a terra não lhes pertence: é propriedade de grandes proprietários que exigem do camponês rendas ele-

vadas, as quais podem chegar a metade da colheita.

A miséria e a falta de trabalho obrigam muitos caboverdeanos a emigrar: seja para o Brasil, seja para o Senegal (cerca de 10 mil em Dakar), seja para Guiné, S. Tomé ou Angola. Só nos Estados Unidos da América há quase tantos caboverdeanos e seus descendentes como no arquipélago.

Os colonialistas portugueses tentaram opor os caboverdeanos aos africanos do continente, da mesma forma que tentaram opor os africanos de várias etnias entre si. Mas os caboverdeanos adquiriram consciência de sua condição de Africanos e da comunidade de interesses que os une aos africanos do continente; adquiriram consciência de que pertencem à mesma comunidade, explorados e reduzidos à miséria pelos colonialistas portugueses; eles uniram-se aos seus irmãos da Guiné, pela luta contra o colonialismo português, sob a direcção do PAIGC, que foi criado em 1956 por Guineenses e Caboverdeanos.

CABO VERDE O JUGO COLONIAL

1. A OPRESSÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA—Todo o poder pertencia ao Governador, nomeado pelo Ministro das Colónias (ou do Ultramar) e aos administradores nomeados pelo Governador, todos europeus, salvo raras excepções. A justiça não era independente do poder político e administrativo. O papel das eleições era puramente formal. Teoricamente, os habitantes de Cabo Verde eram cidadãos, por não serem oficialmente considerados indígenas, isto é, pessoas privadas de todos os direitos. O direito de voto era subordinado a condições de fortuna, o que eliminava a imensa maioria dos Caboverdeanos que são muito pobres.

2. A EXPLORAÇÃO E A OPRESSÃO ECONÓMICA—Pode resumir-se na expressão trabalho forçado. Acoçados pela fome ou pela pressão policial, os Caboverdeanos são obrigados a emigrar em massa ou a engajarem-se como «contratados» por quatro anos a fim de irem trabalhar, como verdadeiros escravos, nas plantações de S. Tomé ou de Angola. Este sistema de trabalho forçado, desenvolvido ao máximo pelo colonialismo português, era pior que a escravidão, pois o dono de escravos tinha subsistência e a vida do escravo, ao passo que o «contratado», doente ou morto, é imediatamente substituído por um outro, que não custa nada. Assim, por exemplo, o camponês deve entregar aos grandes proprietários de terras, um terço da metade da sua colheita, em produtos de exportação. Como o terreno cultivado representa cerca de 0,25 hectares por habitante e 80% da população vive da agricultura, o que resta para a sua alimentação e da sua família não é suficiente. É esta a causa essencial das fomes, e não as secas, a que as autoridades colonialistas atribuem as responsabilidades.

3. A OPRESSÃO SOCIAL E CULTURAL—O colonialismo português nunca se preocupou com as obras sociais a favor das populações. Os chamados «hospitais regionais» não passam de simples enfermarias e isso, na melhor das hipóteses. Quanto à acção sanitária em conjunto do colonialismo português, basta lembrar que o arquipélago conta 17 médicos para 300 mil habitantes. Isso, sem falar na ilha de Santo Antão, com mais de 50 mil habitantes e onde existe apenas 1 médico. O estado geral, de resto, da população caboverdeana, em matéria de saúde, é o de fome crónica, como o têm atestado vários estudos do assunto. A acção cultural do colonialismo não é

menos nefasta. O uso oficial do crioulo (a nossa língua nacional) é proibida e proibidas são, ou reprimidas, várias manifestações folclóricas. No ensino, e apesar de se gabarem da escolarização, Cabo Verde contava em 1970 com cerca de 70% de analfabetos! Quando, pressionados pelas vitórias do PAIGC, começaram a inventar escolas e postos escolares, os colonialistas tudo quanto fizeram foi construir uma escola para cada 123 alunos! Nos liceus, a situação é ainda pior. Não existe ensino médio nem superior.

Nas vésperas da guerra de libertação do nosso país estava, pois, sob o jugo do colonialismo de um país atrasado, semi-colonial e fascista

1. ATRASO DO EQUIPAMENTO ECONÓMICO—Mesmo o progresso que normalmente o capitalismo fez noutros sítios não atingiu Cabo Verde. Sistema de grande propriedade semi-feudal que permite a uma oligarquia parasitária viver ricamente, ao passo que a massa popular vegeta na miséria e morre de fome nos anos de seca. Três famílias somente proprietárias de toda a ilha de Santiago. Não há praticamente nenhuma indústria, para evitar a concorrência à indústria estrangeira e para que esta possa continuar a manter este mercado. A exploração do sal (ilha do Sal) está nas mãos de uma sociedade capitalista francesa. O Porto Grande da ilha de S. Vicente, um dos melhores portos do Atlântico, não foi equipado para não fazer concorrência ao porto de Lisboa. O mesmo se verifica com o aeroporto do Sal, que tem uma situação excepcional para as linhas aéreas ligando a Europa e a África à América do Sul e do Norte.

2. A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA—O resultado desta exploração retrógrada é que a produção diminui e a miséria das populações aumenta. As fomes de 1940 e de 1942-1948 fizeram 50 mil vítimas. Os Caboverdeanos fogem em massa para o estrangeiro.

3. A IMPULSO DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL—Apesar das medidas tomadas por Portugal para «isolar» as suas colónias do grande movimento mundial de libertação, este não podia deixar de se repercutir na Guiné e em Cabo Verde. É em função mesmo da situação particularmente opressiva exercida sobre as nossas populações, que ele tomava, uma vez começado, um carácter excepcionalmente poderoso e impetuoso. Em Setembro de 1966, a criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde ia enfiar no movimento nacional africano destes territórios o meio de expressão tão desejado e esperado e o instrumento eficaz necessário para a sua libertação.

PAIGC—São por demais conhecidas as vitórias militares e políticas do nosso Partido na Guiné-Bissau, onde se cobriu de glória e conquistou a admiração de todo o mundo. Aqui em Cabo Verde, sem outra possibilidade de agir a não ser na clandestinidade nos tempos do colonialismo-fascismo, o Partido agitou-se depois do 25 de Abril português, entrando fundo no coração das populações caboverdeanas, organizando a luta pela independência nacional, impondo-se como a única organização capaz de tirar Cabo Verde do marasmo colonialista de cinco séculos. Bem cedo, e apesar de todas as manobras, nos bastidores, de saudosistas do antigo regime, o povo de Cabo Verde reconheceu no PAIGC o único e legítimo representante dos seus mais ardentes anseios. E o único que podia realizá-los. Daí o apoio popular, total e sem re-

servas desde a caça aos pides e bufos, da libertação dos presos políticos (todos militantes ou simpatizantes do Partido), recebidos como verdadeiros heróis. E vamos lá, com a ajuda dos elementos reaccionários e fascistas portugueses, pois, de cada vez que tentavam travar a implantação do PAIGC, empurravam-no, na verdade, para a frente. Na impossibilidade de historiar aqui, mesmo resumidamente, o que foi essa implantação fornecemos algumas das suas principais etapas. Assim:

30 de Abril de 1974—Após o desmantelamento da PIDE, respondendo ao apelo da organização do PAIGC ainda na clandestinidade, as massas populares da cidade da Praia e arredores irromperam em manifestações violentas em diversos pontos da cidade incendiando automóveis e apedrejando residências de elementos considerados afectos à PIDE-DGS.

1 de Maio de 1974—Uma poderosa caravana de populares dirige-se da Praia para Tarrafal exigindo a libertação imediata de todos os patriotas encarcerados. Após a libertação dos presos políticos, na Praia e na Assomada são organizados grandes comícios. Na noite desse dia são assinalados reencontros entre populares e PSP tendo como resultado um morto e vários feridos entre populares.

2 de Maio de 1974—O funeral do jovem operário assassinado no dia anterior pela PSP constituiu uma poderosa manifestação do PAIGC na capital de Cabo Verde. O encarregado do Governo de então, temendo um levantamento generalizado na cidade da Praia fez deslocar da ilha do Sal centenas de soldados portugueses que ocuparam pontos estratégicos na cidade.

19 de Maio de 1974—Culminando um clima de tensão permanente que se vinha arrastando desde o 1.º de Maio, entre a população e as autoridades portuguesas, a 19 de Maio, violentos reencontros são assinalados na cidade da Praia. A polícia militar carrega sobre a população e abre fogo em diversos pontos da cidade. Resultado: cinco feridos dois dos quais com gravidade entre a população e um ferido militar.

Na sequência deste grave incidente o delegado da Junta da Salvação Nacional em Cabo Verde ordenou a substituição do destacamento da polícia militar, destacamento de passado colonial recente e de reconhecido carácter fascista. Com a substituição da polícia militar na cidade da Praia, deixou de existir tensão entre militares portugueses e a população.

3 de Julho de 1974—Soldados caboverdeanos aquartelados em Morro Branco, S. Vicente, respondendo ao apelo do PAIGC, recusam-se a prestar juramento à bandeira portuguesa. Na sequência deste acto, são licenciados quase todos os soldados caboverdeanos do exército colonial.

29 de Julho de 1974—Incidentes em S. Vicente entre a população e a PSP; resultado: um jovem assassinado a tiro pela PSP que em S. Vicente, naquela altura ainda não tinha sido saaneada.

3 de Agosto de 1974—Com o PAIGC, já praticamente fora da clandestinidade, em todas as ilhas de Cabo Verde, é comemorada a data de 3 de Agosto, aniversário do massacre de Pijiguiti com comícios e manifestações.

25 de Agosto de 1974—Chegada à Praia da delegação do Conselho Superior de Luta chefiada por Silvino da Luz. recepção entusiástica. Com a chegada desta delegação o PAIGC sai definitivamente da clandestinidade em Cabo Verde.

28 de Agosto de 1974—Chegada a S. Vicente da delegação

do Conselho Superior da Luta, com recepção igualmente entusiástica.

13 de Setembro de 1974—Spínola-Mobutu na ilha do Sal. O PAIGC promove nesse dia uma poderosa manifestação de hostilidade ao general Spínola, que não escondeu a sua irritação por este facto. O general após o seu regresso a Portugal mandou substituir imediatamente o então Governador, Silva Fiora, o qual considerou culpado por ter permitido a manifestação da ilha do Sal.

20 de Setembro de 1974—Nomeação do caboverdeano Sérgio Fonseca para Governador de Cabo Verde. Com esta nomeação o general Spínola pensou que iria desmantelar o PAIGC em Cabo Verde e impor a sua solução de referendos. O discurso pronunciado pelo general no acto da nomeação, constituiu uma ameaça clara ao PAIGC em Cabo Verde. Sérgio Fonseca em Cabo Verde vai tentar sem êxito constituir um gabinete com representantes de todos os partidos políticos. Este enviado especial de Spínola tinha um objectivo em Cabo Verde; promover os grupos fanáticos e dessecretar o PAIGC.

21, 22, 23 e 25 de Setembro de 1974—Ataque de elementos fascistas das Forças Armadas Portuguesas ao povo de S. Vicente, provocando indignação geral em todas as ilhas e manifestações de apoio ao Partido. Este elaborou um comunicado que levou ao conhecimento das instâncias internacionais.

24 de Setembro de 1974—Comemoração da proclamação do Estado da Guiné-Bissau e também o 50.º aniversário de Amílcar Cabral e, ainda, o 10.º aniversário da fundação do Partido. Só em S. Vicente, a comemoração reuniu cerca de 12 mil pessoas. Em Santiago, foram milhares e milhares de manifestantes.

28 de Setembro de 1974—Moção do pessoal do Hospital da Praia, manifestando a confiança na política do Partido.

30 de Setembro de 1974—Culminação da greve geral de solidariedade dos funcionários públicos de S. Vicente, que paralisou todos os serviços do arquipélago, incluindo o aeroporto da ilha do Sal. Comunicado do PAIGC a apoiar a greve.

9 de Outubro de 1974—Perante a 4.ª Comissão da ONU, o delegado do PAIGC pede a criação, o mais depressa possível, de um Governo de Transição.

13 de Outubro de 1974—Chegada de Pedro Pires, Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde saudado por mais de 10 mil pessoas.

15 de Outubro de 1974—A Direcção Nacional de Cabo Verde do PAIGC, exige ao Governo Português a abertura imediata de negociações com o Partido.

31 de Outubro de 1974—O PAIGC apela para a vigilância dos militantes e simpatizantes contra as manobras de reaccionários e fascistas, anunciadas para o 1.º de Novembro para protestarem contra a união forçada com a Guiné.

12 de Novembro de 1974—Comunicado do PAIGC, informando um convite feito ao Partido pelo Governo Provisório Português, no sentido de serem retomadas as conversações relativas ao processo de descolonização de Cabo Verde.

14 de Novembro de 1974—Moção da Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde, em que apoia a política geral do PAIGC. Moção, também, dos trabalhadores do Estado e das empresas particulares, apoiando o PAIGC a decidindo entrar em greve de 24 horas como prova desse apoio. É, ainda, moção dos empregados do comércio, de apoio ao PAIGC.

9 de Dezembro de 1974—A população de S. Vicente ocupa as instalações da então Rádio Barlavento (reaccionária) e do Grémio, destituindo os seus dirigentes. Em lugar dessa rádio, o povo cria a «Voz de S. Vicente».

« ... a luta é difícil e ela exigirá sacrifícios de todos nós » - palavras do Camarada ARISTIDES PEREIRA à varanda da Câmara Municipal da Praia

Camaradas e compatriotas.

Os homens que o nosso povo escolheu para o representarem na Assembleia Nacional acharam por bem exprimi-me a sua confiança, honrando-me com a minha designação para o alto cargo de Presidente da nossa República. Para além da subida honra que assim me é feita, anima-me nesta hora a consciência nítida que tenho de que é meu dever cumprir esta missão, ao serviço do nosso Povo, ao serviço do nosso glorioso Partido e da África.

Faço à enorme tarefa que me é confiada, sinto-me também encorajado pelo patriotismo, pelo amor imenso que cada um de nós, caboverdianos, tem à nossa querida terra, pela certeza de que nada há que esteja para além das nossas forças na luta que vamos iniciar pela construção do Progresso nas nossas Ilhas. Sei que, nessa luta, a consciência de cada cabo-ver-

diano será um baluarte contra os inimigos da nossa liberdade, a casa de cada família caboverdiana será uma trincheira de combatentes valorosos pela defesa das nossas conquistas revolucionárias, e que em cada um dos nossos filhos, educados na liberdade, se levantará o Caboverdiano Novo que queremos ver nascer e que, como diz o poeta, «terá o futuro na palma da mão». Tenho a certeza de tudo isso.

Sou também encorajado pela certeza de que os homens que o nosso Partido formou e que comigo caminharam ao longo dos duros anos da luta de libertação continuarão ao meu lado, cumprindo comigo e fielmente o Programa do nosso Partido, na linha do pensamento daquele que foi o melhor de todos os filhos da nossa terra — AMILCAR CABRAL — o Militante N.º 1 do P.A.I.G.C. e Fundador da nossa Nacionalidade.

Nesta hora, quero lançar um

apelo a todos nós. Na grande marcha da nossa História, um novo capítulo vai começar. Vamos recheá-lo de vitórias, pelo nosso esforço e sacrifício, no combate aos flagelos que nos torturaram durante séculos: a fome, a miséria, a ignorância. E um Cabo Verde Novo nascerá desse combate, que será o combate de todos os caboverdianos. O esforço, o sacrifício será de todos. Apelo aos para todos, mesmo para aqueles que o inimigo conseguiu desviar, com falsas promessas, para o serviço da traição ao nosso Partido e ao nosso Povo, tendo-se oposto ao processo de descolonização da nossa terra. Nesta hora de júbilo e para que a alegria seja total nos corações de todos os caboverdianos, sentimos que é dever do Chefe do Estado ordenar que sejam restituídos às suas famílias todos aqueles que, por imperativo do objectivo supremo de libertação da Pátria, tiveram de ser con-

fiados à guarda das Forças Armadas. Que regressem às suas casas. E que a grandeza de alma de que o nosso Povo dá provas com o seu perdão os inspire e oriente no sentido do serviço da Pátria, como soldados do nosso Exército de construtores do Cabo Verde Novo.

Que aqueles que preferiram partir, desiludidos com a perda da posição que dantes tinham como exploradores do seu próprio povo e enganados com a falsa mensagem de uma vida de facilidades no exílio, regressem à Pátria e se juntem a nós na mesma batalha do futuro — por um Cabo Verde feliz e próspero para todos os seus filhos. E que haja Paz e concórdia entre todos os caboverdianos.

Compatriotas:

A luta é difícil e ela exigirá sacrifícios de todos nós. A Independência constrói-se pelo trabalho de todos os dias e, se ela é a única via para o Progresso, ela não é ainda o Progresso tão desejado. Por isso, temos de preparar os nossos

espíritos para a aceitação de todos os sacrifícios que teremos de fazer no caminho da construção do Futuro. Apoiar-nos-emos mutuamente, encorajar-nos-emos mutuamente e iremos avançar. Porque nada há que possa parar a marcha de um povo que se levanta e arranca decidido para a construção da sua felicidade.

Compatriotas:

Fiz há alguns instantes o juramento que é exigido pela Lei da Organização Política do nosso Estado ao Presidente da República. Mas não quero terminar sem o reiterar perante vós, assegurando-vos da minha total fidelidade ao nosso Partido, ao pensamento do Fundador da Nacionalidade, ao vosso serviço, pela paz e felicidade da nossa terra.

Viva a República de Cabo Verde!

Viva o povo heróico e trabalhador de Cabo Verde!

Viva o PAIGC, Força, Luz e Guia do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde!

PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Conclusão da 1.ª pag.

da liberdade humana. Antes de mais postulava a reivindicação e a luta pela independência.

Todavia, para empreender com êxito esta luta, desigual face à expressão numérica das realidades em confronto e ao prestígio de falsos valores dominantes em vastas regiões da comunidade internacional, era, na conjuntura histórica, necessário que os Povos Africanos superassem a escala nacional e potenciassem a sua energia vital na cooperação de esforços e na unidade de propósitos revolucionários.

Assim, AMILCAR CABRAL, Fundador e Militante N.º 1 do PAIGC, concebe a genial ideia de renovar no sentido do Povo e de reestruturar na matriz política da libertação dos Povos do Terceiro Mundo, a Unidade dos filhos da Guiné e Cabo Verde. Assim se funda e se constrói o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, força de expansão revolucionária e aglutinante da consciência nacionalista na Guiné e em Cabo Verde, motor histórico de renovação mental, social e ideológica, segundo as linhas da acção construtiva e da pedagógica política do nosso imortal guia, Amílcar Cabral.

O princípio da Unidade da Guiné e Cabo Verde, concebido para a luta e forjado na luta, que já estava prefigurado na nossa comunhão de sangue, de mártires e de História, deu provas irrefutáveis como factor decisivo de mobilização da consciência nacional, de organização para a luta e de transmutação da nossa Sociedade.

Coroados de glória e confrontação política e armada na Guiné-Bissau, onde se

iniciou a derrocada do Império Colonial Português, o PAIGC, intensificou a luta revolucionária nas Ilhas; lançou justas palavras de ordem correspondentes às profundas aspirações e aos interesses vitais do nosso povo, mobilizou as camadas trabalhadoras alienadas à omnipotência do Estado Colonial, deu aos trabalhadores públicos e da actividade privada uma nova consciência de dignidade na liberdade, inspirou greves e manifestações de protesto contra actos repressivos da Ordem Colonial, dinamizou movimentos de massa para reivindicação de bens e valores pertencentes ao sagrado património do Povo.

Assim, a vontade inequívoca das massas populares confirmou, no terreno firme e eloquente dos factos, a legitimidade representativa que ao P.A.I.G.C. haviam reconhecido as mais altas instâncias da Organização da Unidade Africana e das Nações Unidas.

Assim, nós, Povo das Ilhas, quebramos as cadeias da subjugação colonial e escolhemos livremente o nosso destino africano. E a História reterá que filhos do nosso Povo glorioso de Cabo Verde, que se bateram com valentia na frente de luta armada na Guiné, estiveram prontos e decididos para o combate armado em Cabo Verde também, se tal viesse a revelar-se como a única via para a libertação das nossas queridas Ilhas.

POVO DE CABO VERDE

Hoje, 5 de Julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde

PROCLAMA SOLENEMENTE A REPÚBLICA DE CABO VERDE, COMO NAÇÃO INDEPENDENTE E SOBERANA

CAMARADAS E COMPATRIOTAS

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde foi e continuará a ser a força, a luz e o guia do nosso Povo. Como na República irmã da Guiné-Bissau, o Partido de Amílcar Cabral, o P.A.I.G.C., expressão suprema da vontade soberana do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, continuará a ser a força política dirigente da nossa Sociedade hoje totalmente livre.

A República de Cabo Verde é Estado de vocação democrática e opção anti-imperialista, onde o poder soberano é exercido no sagrado interesse das massas populares, impondo-se-lhe como objectivo primeiro o prosseguimento na luta pela libertação total do Povo e a consequente edificação duma sociedade isenta de exploração do homem pelo homem.

A República de Cabo Verde assume o solene compromisso de promover a organização económica do País e de criar as bases materiais para a participação no avanço da Ciência e da Técnica e no desenvolvimento da Cultura humanística, rumo ao bem-estar e ao progresso integral do Povo e à realização final da Paz na convivência humana.

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F. A. R. P.), nascidas no fragor da batalha pela Independência Nacional, são o braço armado do nosso Partido, ao serviço do nosso Povo. A elas cabe, em primeiro lugar, defender a Soberania Nacional e a integridade do território, salvaguardar as conquistas revolucionárias do Povo e participar na construção do País, pelo combate ao sub-desenvolvimento e às suas componen-

tes: a miséria, a fome, o analfabetismo.

A conquista da Independência de Cabo Verde é vitória impar no evoluir da nossa existência, não só para as heróicas populações confinadas ao exiguo espaço da nossa insularidade, mas também para toda a Comunidade de Caboverdeana esparsa pela Europa, América, Ásia, e Oceania. Vitória para a África, Mãe Eterna, berço de Culturas e Civilizações milenárias.

A República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau são duas flores nascidas do esforço e de sacrifícios comuns dos filhos da Guiné e Cabo Verde, unidos num mesmo combate sob a bandeira gloriosa do nosso Partido. Como os filhos de Cabo Verde, que na terra livre da Guiné-Bissau contribuem, como nacionais, para a construção do País, os filhos da Guiné-Bissau terão nesta terra mais uma Pátria, gozando dos mesmos direitos e sujeitando-se aos mesmos deveres que os cidadãos livres da República de Cabo Verde. E o dia não vem longe em que as duas Nações irmãs, associadas numa união fraterna — dois corpos e um só coração — constituirão a bela realidade de que o melhor filho do nosso Povo, Amílcar Cabral, sonhou e fez consagrar no Programa Maior do nosso Partido.

A República de Cabo Verde solidariza-se com todos os Povos que lutam pela emancipação social, em particular com os povos do nosso Continente, no combate contra o colonialismo, o racismo e o neo-colonialismo. Ela participa activamente na luta pela Unidade dos Estados Africanos, princípio vital da sua existência e missão do Mundo, na base do respeito estrito da liberdade, Dignidade e personalidade colectiva dos respectivos Povos.

A República de Cabo Verde propõe-se, na base do Direito Internacional, estabelecer e estreitar laços de amizade, de cooperação e solidariedade com os Estados Africanos e com todos os demais Estados que reconheçam e respeitem a sua Soberania e apoiem a sua justa luta pela libertação de todas as formas de sujeição e alienação. Ela dá uma particular atenção à criação e desenvolvimento de relações de franca cooperação, no interesse recíproco, com os países que tradicionalmente acolhem emigrantes caboverdeanos, os quais, pelo trabalho perseverante e honesto, têm contribuído para a construção económica dos outros continentes.

No concerto das Nações, e de acordo com as opções do nosso Partido, a República de Cabo Verde adota os princípios do respeito mútuo da soberania nacional, da não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da reciprocidade de interesses e vantagens do não-alinhamento, pela Paz e Cooperação entre os Povos.

A República de Cabo Verde lança um apelo a todos os Estados Independentes; organizações e organismos internacionais para que a reconheçam de jure como Estado soberano: de harmonia com o Direito e a prática internacionais.

Viva a República de Cabo Verde!

Viva a República da Guiné-Bissau!

Glória eterna a todos os heróis e mártires da libertação nacional!

Glória eterna a AMILCAR CABRAL, Fundador e Militante n.º do nosso Partido!

Viva o P.A.I.G.C., força, Luz e Guia do nosso Povo, na Guiné e em Cabo Verde!

GENERAL VASCO GONÇALVES EM CABO VERDE

A nossa luta, de facto, é uma só. A luta do PAIGC contribuiu poderosamente para que o Povo Português se libertasse da ditadura fascista.

— Sr. Secretário-Geral do P.A.I.G.C., camarada Aristides Pereira, sr. Presidente da Assembleia Constituinte, minhas senhoras e meus senhores, povo de Cabo Verde.

— Em nome do Presidente da República Portuguesa, em meu nome, em nome do Conselho da Revolução, em nome do Governo Provisório e sobretudo, em nome do Povo Português — eu grito do fundo da nossa alma de portugueses, Viva a Independência de Cabo Verde.

— Este dia para nós portugueses é também um dia histórico. Eu não me atreverei a dizer que representa tanto para nós como para vós, mas é um dia extraordinário porque Portugal vê nascer uma nova nação de expressão portuguesa, libertada do colonialismo, libertada do fascismo. Nós hoje, portugueses, somos mais livres porque há uma nova Nação que se liberta das cangas do passado e nós também nos libertamos.

— Eu desejo agradecer as palavras extremamente cordiais que o camarada Aristides Pereira, me dirigiu. Não m'as dirigiu a mim com certeza, dirigiu-as ao Povo Português.

— A nossa luta, de facto, é uma só. A luta do PAIGC contribuiu poderosamente para que o povo Português se libertasse da ditadura fascista.

— A nossa luta contribuiu poderosamente, disse eu, a nossa luta foi o instrumento que ajudou os portugueses a esclarecerem-se sobre o seu próprio destino e que levou as Forças Armadas Portuguesas a tomarem em suas mãos o dever histórico de libertar o povo português da ditadura do Salazar e do Caetano.

Essa ditadura que vos oprimia, também nos oprimia a nós. Os fascistas do Salazar tinham criado para Portugal a imagem de que Cabo Verde era uma terra de morte, era para aqui que mandavam, para o campo de morte do Tarrafal, os anti-fascistas portugueses, os verdadeiros combatentes da liberdade do nosso povo.

— Nós hoje na nossa delegação temos aqui anti-fascistas que foram perseguidos porque lutaram pela liberdade de Portugal e pela liberdade dos povos colonizados. E os fascistas Salazar e Caetano, mandavam para aqui, era para o campo de morte do Tarrafal que eles mandavam os melhores filhos do Povo Português. Esse campo de morte foi sempre profundamente odiado pelos portugueses. E se no fim eles o transformaram, o procuraram transformar e libertaram uma nova aparência, isso foi devido à luta do Povo Português porque lá não havia uma campanha naqueles escassos tempos, naqueles escassos períodos em que era permitida a liberdade em Portugal em que o povo não se levantasse como um único homem contra esse campo de morte do Tarrafal que era uma vergonha para os fascistas, mas que não é uma vergonha para nós, porque nós anti-fascistas nada temos com isso e por isso estamos muito satisfeitos porque o campo de Tarrafal jamais será um campo de morte dos portugueses, nem dos caboverdeanos.

— A nossa luta é comum. É a luta de todos os povos que se pretendem libertar das cadeias do obscurantismo, da repressão, daqueles povos que pretendem expandir toda a criatividade que existe em nós, em cada homem e em cada mulher. Por isso a nossa luta é comum, por isso nós outro dia dissemos que o MFA é um movimento de libertação. E como é que este movimento de libertação é o movimento de libertação do Povo Português? Porque o quer liber-

tar dessas cangas do sistema capitalista que oprime os homens e que não lhes permitam que expandam todas as potencialidades que existem no cérebro comum, no trabalho humano. Esse sistema opõe-se à libertação do homem. E nós hoje em Portugal caminhamos, embora com passos lentos, com passos duros, com passos muito difíceis, rodeados de inimigos por todos os lados. Nós temos, nós caminhamos, como último objectivo do nosso sistema, aquilo que também é o último objectivo do PAIGC: é que termine na terra a exploração do homem pelo homem.

— Nós somos um país pequeno, somos um país muito pequeno. Nós somos prováveis e contudo o país mais velho da Europa. Nós pensamos que embora sejamos humildes, devem reconhecer que temos o orgulho de estabelecer relações destas com vós e com os povos de Moçambique, de Angola e da Guiné-Bissau e com todos os povos que estiveram debaixo do colonialismo português. Nós viemos aqui como irmãos, nós nos sentimos iguais, nós não temos preconceitos, nós logo afirmámos no nosso programa que éramos contra o neo-colonialismo e isso é um ponto de honra nosso. É assim que nós nos sentimos bem, entre homens de todas as raças, de todas as cores, entre homens de todas as credos religiosos. Nós não somos racistas, nós somos anti-racistas. O racismo aliás, como sabeis e como eu também já disse, eu ou aqui a me repetir, o racismo é um alibi, um alibi que serve para esconder qualquer coisa de mais profundo que é a luta de classe. Essa é que é de facto a carneira do sistema que nos oprime: a exploração do homem pelo homem. Não é a raça nem a cor, nós somos todos iguais, temos todos as mesmas possibilidades, isto está demonstrado à sociedade, há exemplos históricos em qualquer momento da história. Hoje mesmo em que os homens demonstram sem sombra de dúvida que não há raças superiores, que os homens são todos iguais. Os portugueses sempre se sentiram bem misturados com os outros de todas as cores e de todas as raças. Não é isso que nos dividia, o que nos dividia era a opressão colonialista, era o mesmo fascismo que existia em Portugal que aqui se exercia em Cabo Verde, em Angola e em Moçambique. Eram os mesmos grupos económicos que exploravam as colónias portuguesas que exploravam o povo português. E é na luta contra esses grupos que o povo português hoje está empenhado e nessa luta nós devemos ter aliados e vós os caboverdeanos e os moçambicanos e os povos que se vão libertando do colonialismo são nossos aliados.

— Nós pensamos que quando as nações ascendem à independência, o povo, digamos o povo mas em rigor histórico não é o povo é a classe colonizadora, mas admitamos, nós pensamos que povo colonizador não pode virar as costas ao colonizado. E assim nós estamos aqui de mãos dadas para cooperarmos para o futuro, baseados em relações que como disse o camarada Samora Machel devem ser exemplares. O que quer dizer que devemos ter relações exemplares? Que essas relações devem ser baseadas no respeito mútuo, no interesse mútuo, na não ingerência dum país nos outros e sobretudo conservando e desenvolvendo os laços que apesar do colonialismo se estabeleceram entre o povo português e os povos que eram colonizados pelos colonizadores portugueses, porque isso é uma realidade.

— Como todos vós sabeis nós não somos um país rico, também não somos um país pobre

como apregoava Salazar. Mas viemos hoje num período de grandes dificuldades económicas, políticas e sociais. Vivemos uma transformação profunda e qualquer transformação profunda da sociedade é feita de crise, é um período de crise. A transformação do velho no novo não é tão fácil, é dura, custa e é preciso que haja gerações que se empenhem nela. Vós, por exemplo, tendes a geração do PAIGC, tendes os vossos chefes do PAIGC que tudo sacrificaram nessa transformação do velho no novo. Eles provavelmente já não verão aquilo que os vossos filhos verão, mas essa é que é a missão histórica dos verdadeiros combatentes. É bater-se e sacrificar-se num dado momento pelo futuro da sua Pátria que eles já não verão mas verão os filhos e seus netos. Isto é que é consciência política e essa consciência política tiveram-na vós com os vossos chefes do PAIGC. Nós não pensamos portanto que descolonizar é abandonar, de maneira nenhuma, nem tomem isto como uma palavra de superioridade, abandonar. Vocês podem me responder, porque é que vocês está para aí a dizer isto de abandonar? Nós não precisamos de vocês para nada. Eu não quero dizer abandonar com esse sentido, eu quero dizer que o Povo Português tem a consciência das suas responsabilidades históricas, tem a consciência que apesar do colonialismo não é em vão que durante 500 anos passaram aqui portugueses. Nós deixámos sempre qualquer coisa de nós onde passámos. Portanto, nós, devemos permitir, que temos esse sentido e é nesse sentido que eu falo não é no sentido metafísico, mas é no sentido prático, nós temos uma certa vocação para nos darmos com os povos africanos, para estabelecermos boas relações com os povos africanos, porque nem todos os portugueses que vinham por aqui eram colonialistas e em Portugal poucos colonialistas havia. Havia aqueles que dominavam Angola, Moçambique, a Guiné, etc., mas o grosso do povo português era colonizado como vocês. Portanto nós pensamos que se podem e devem estabelecer relações de apoio mútuo e estamos a trabalhar nesse sentido: temos elaborado acordos, temos tido comissões que trabalham com a Guiné, que trabalham com Cabo Verde dentro da maior harmonia e compreensão. Nós pensamos e desejamos estreitar essas relações com os povos que foram antigas colónias portuguesas. Nós não temos dólares, para fazermos aqui o milagre de Cabo Verde, ou milagre de Angola, ou milagre da Guiné. Nós somos um povo pobre, mas na medida das nossas possibilidades nós podemos colaborar convosco e vós sabeis que na Guiné estamos colaborando convosco e aqui estamos colaborando convosco. Nós estamos a nos orgulhar da maneira como foi conduzido esse período de transição, da maneira como durante vários meses se foram estabelecendo novas relações entre os portugueses e os caboverdeanos, relações que eu espero que tenham sido de facto cimentadas.

— Nós assistimos a esta cerimónia da Independência tal como assistimos em Moçambique, com a maior alegria do povo e com a maior ordem, sem distúrbios, sem tiros, com respeito de uns pelos outros. Os portugueses, os tais antigos colonizadores andam entre vós normalmente, abraçam-se, olham uns para os outros francamente. Isto é o exemplo formidável que demos aos outros povos do mundo, e eu duvido que haja outros povos do mundo que tenham conseguido isto. Este é o nosso grande orgulho. Nós somos pobres, somos de facto pobres, mas somos capa-

zes de dar exemplos destes ao mundo como lhe demos noutras épocas da nossa história.

— Eu desejo terminar afirmando que é esse profundamente o desejo do Presidente da República, do Conselho da Revolução, do Governo Provisório, da delegação portuguesa que aqui está, do povo português, que as relações entre nós e vós se estreitem para o futuro. E essas relações poderão ser muito mais benéficas tanto para vós como para nós. Porque as relações anteriores só beneficiavam meia dúzia de tipos aqui em Cabo Verde e outra meia dúzia de tipos em Portugal, não beneficiavam os dois povos. Por isso, este dia de facto é para mim um dia inolvidável, como é para os portugueses, que aqui assistem à cerimónia. Eu faço votos para que essa amizade fraternal, essas relações exemplares, se estabeleçam bem na prática. Porque esta coisa dos discursos pouco vale se não for traduzida em actos práticos, e eu penso que nós temos traduzido em actos práticos, a nossa acção depois do 25 de Abril, de maneira que eu tenho o direito de estar a falar aqui assim. Porque nós temos procurado levar processos de descolonização que conduzam a cimentar as nossas relações, a melhorar, as nossas relações. Se elas hoje são mais difíceis, isso é natural, porque o colonialismo português deixou Portugal arruinado, deixou Angola arruinado, deixou Moçambique arruinado e deixou Cabo Verde arruinado. Nós vamos construir nossos países e daqui a uns anos decerto serão muito frutuosas as nossas relações, mas para isso compreendemos que temos de arrancar e arrancar quase do nada e que esta coisa se constrói lentamente e é preciso muita paciência, muita força de vontade, muita temperança, muita

vigilância popular, muita vigilância popular em relação a combater os nossos inimigos, porque vocês também têm aqui inimigos em Cabo Verde, com certeza, como nós temos em Portugal. Eu termino, mas antes de terminar eu quero dizer o que representa para os democratas portugueses, para os anti-fascistas portugueses que aqui se encontram, aqui desde a ala esquerda até ali a ala direita, o que era Amílcar Cabral para nós: Amílcar Cabral, nós julgamos ter o direito de também o considerar como um português. Amílcar Cabral também era um português. Teve uma formação também em Portugal, em Portugal ajudou os portugueses a aprenderem a ler nos centros republicanos, combateu pela liberdade em Portugal e numa determinada altura veio continuar esse combate para a sua terra. Amílcar Cabral enriqueceu a vossa cultura, mas enriqueceu também a nossa, enriqueceu também a cultura dos portugueses. Nós devemos também muito a Amílcar Cabral. Os nossos teóricos, os nossos rapazes, também lêem as obras de Amílcar Cabral. Meditam e meditam sobretudo no seu corajoso exemplo. Por isso não é uma figura de retórica, eu peço que permitam que considero que Amílcar Cabral é uma figura da nossa cultura. É da cultura portuguesa, é da cultura caboverdeana e é da cultura luso-africana.

— Eu termino, agora finalmente:

Viva a Unidade dos Povos Africanos.

Viva a Unidade do PAIGC.

Viva a Unidade desejada dos Povos da Guiné e Cabo Verde.

Viva a Unidade do Povo de Cabo Verde.

"AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DO POVO MANIFESTAM NESTE MOMENTO HISTÓRICO, O RESPEITO PELA MEMÓRIA SAGRADA DE AMÍLCAR CABRAL E PELOS SEUS ENSINAMENTOS".

Disse o camarada **SILVINO DA LUZ**
NO ESTÁDIO DA VÁRZEA

Camaradas e compatriotas:

No momento em que parte dos sonhos do nosso Povo se torna realidade, o pensamento de nós todos que constituímos as Forças Armadas Revolucionárias do Povo vai, em primeiro lugar para o nosso imortal líder, camarada Amílcar Cabral, fundador, organizador, educador e orientador supremo da nossa Partido. Porque nos seus ensinamentos, nos exemplos de patriotismo, nacionalismo e internacionalismo que ele nos mostrou e legou, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo vão recolher sobretudo a inspiração para o trabalho de defesa dos sagrados interesses do nosso Povo, a força e o dinamismo para a concretização das tarefas revolucionárias de defesa da soberania e integridade da nossa Pátria e de construção económica da nossa sociedade.

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo manifestam neste momento histórico, o respeito pela memória sagrada de AMÍLCAR CABRAL e pelos seus ensinamentos.

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo constituem o braço armado do nosso Partido ao serviço do nosso Povo, instrumento fiel da nossa Organização de vanguarda para o cumprimento das tarefas revolucionárias claramente expressas no nosso Programa de luta reafirmando publicamente a sua intenção e decisão de lutar sempre, unicamente e sempre pelos interesses do nosso Povo. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo assumem neste momento decisivo e transcendente da nossa história o solene compromisso de lutar sempre pela defesa da linha de rumo traçada pelo nosso Partido participando activamente na edificação e construção da nossa Terra.

Hoje, dia em que orgulhosamente vemos coroados de 50 anos de luta dura e de sacrifícios, dia em que a gloriosa bandeira de Cabo Verde livre se desfaldou em todos os pontos da nossa Terra, dia em que a Juventude das nossas ilhas de cara